



Aline
Martinelli

violência

DOM

ÉST

ICA

e atuação
policial

violência

DOM

É S T

I C A

e atuação
p o l i c i a l

Aline
Martinelli

violência

DOM

É S T

I C A

e atuação
p o l i c i a l





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Aline Martinelli.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Letícia Robini
(Imagem por Freepik)

Diagramação Nathalia Torres

Catálogo na Publicação (CIP)

Martinelli, Aline
M385 Violência doméstica e atuação policial / Aline Martinelli. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo
: D'Plácido, 2020.
160 p.

ISBN 978-65-5589-089-1

1. Direito. 2. Direito Penal. 3. Violência privada. Coerção. 4. Policiamento. I. Título.

CDDir: 341.55237

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Agradecimentos

Manifesto aqui a minha sincera e profunda gratidão a todos os que contribuíram, ainda que indiretamente, para esta tese de mestrado. Assim, agradeço:

À professora Sônia Caridade, minha orientadora, pela paciência, pelo tempo e pelo esforço, bem como pelos ensinamentos valiosos a mim repassados, mostrando extrema competência e experiência na área.

À minha família, pelo incentivo recebido em cursar um Mestrado em um país distante, mas muito acolhedor.

Aos meus amigos e amigas e aos agentes policiais a mim subordinados, colegas de trabalho diário, pela compreensão, colaboração e incentivo durante toda a realização do trabalho.

Ao meu noivo Lisandro, companheiro e incentivador nas tantas horas dispensadas a elaboração da minha tese.

Aos Chefes Superiores da Polícia Civil no Estado do Rio Grande do Sul, Émerson Wendt e Nadine Tagliari Farias Anflor, instituição da qual faço parte, pela receptividade e tempo despendido, pelo incentivo na realização de um trabalho que trará frutos positivos para nossa Polícia Civil.

Ao Delegado Regional de Polícia Civil da 8ª Região Policial, Paulo Roberto Rosa da Silva, meu chefe imediato, pela colaboração e incentivos dados no decorrer da elaboração do meu trabalho.

Aos demais Delegados Regionais, que possibilitaram o envio do questionário investigativo para os policiais que integraram a amostra.

Sumário

Lista de tabelas.....	11
Prefácio.....	13
Apresentação.....	17
Introdução.....	23

PARTE I

Contextualização teórica

1. Parte teórica.....	29
1.1. Violência na intimidade e gênero: enquadramento histórico e cultural.....	29
1.1.1. A mulher vítima e criminosa – as diversas escolas penais.....	40
1.1.2. O fenômeno global da violência doméstica.....	49

1.2. Breves considerações sobre as leis protetivas à mulher no Direito Brasileiro.....	54
1.2.1. A Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha.....	59
1.2.2. Procedimento de aplicação da Lei n. 11.340/06.....	62
1.3. Atuação policial no atendimento dos delitos de violência doméstica e familiar.....	66
1.3.1. Desafios e especificidades na atuação policial.....	73

PARTE II

Pesquisa empírica

2. Estudo empírico.....	93
2.1. Objetivo geral e específico.....	93
2.2. Metodologia.....	95
2.2.1. Participantes.....	95
2.2.2. Instrumento.....	96
2.2.3. Procedimentos.....	97
2.3. Resultados.....	99
2.3.1. Caracterização das atitudes dos policiais sobre violência doméstica.....	99
2.3.2. Caracterização do posicionamento dos participantes face a situações concretas de violência doméstica.....	104
2.3.3. Diferenças de sexo ao nível das atitudes dos profissionais sobre a violência doméstica.....	111
2.4. Discussão dos resultados.....	113

Conclusão.....	125
Referências.....	129

ANEXOS

Anexo I – Parecer de Autorização da Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.....	141
Anexo II – Parecer de autorização da Plataforma Brasil.....	143
Anexo III – Questionário aplicado.....	145
Anexo IV – Declaração de consentimento informado.....	157

Lista de tabelas

Tabela 1 – Características sociodemográficas da amostra (n = 142).....	86
Tabela 2 – Caracterização das atitudes dos participantes sobre violência doméstica.....	91
Tabela 3 – Caracterização do posicionamento dos participantes face a situações concretas de violência doméstica.....	95
Tabela 4 – Caracterização do posicionamento dos participantes face a situações concretas de violência doméstica.....	97
Tabela 5 – Caracterização do posicionamento dos participantes face a situações concretas de violência doméstica.....	98
Tabela 6 – Caracterização do posicionamento dos participantes face a situações concretas de violência doméstica.....	100
Tabela 7 – Diferenças de sexo e atitudes dos participantes face à violência doméstica.....	102

Prefácio

Prefaciara uma obra é sempre uma tarefa árdua e, simultaneamente, de grande responsabilidade, na medida em que exige proceder a uma apresentação da mesma procurando despertar o interesse e estimular a curiosidade dos leitores. No caso em concreto, foi com muito agrado que aceitei o convite da querida Aline Martinelli para prefaciara esta obra e diria que a minha tarefa foi simplificada, atendendo a que eu tive o privilégio de acompanhar de perto todo o processo de concepção deste trabalho, enquanto orientadora científica do mesmo. Nesta qualidade, posso aqui testemunhar também todo o entusiasmo, dedicação e investimento que a Aline depositou na elaboração da obra, desde a construção dos seus alicerces, que é como quem diz no projetar do desenho da investigação, na condução da pesquisa de forma rigorosa e sempre com elevado sentido ético; ao nível da redação da mesma, respeitando pacientemente cada correção e observação decorrente do processo de orientação; na forma brilhante e entusiasta como defendeu seu trabalho perante uma banca de peritos na matéria; culminando numa apresentação pública no congresso internacional

organizado pelo Observatório Violência Crime da Universidade Fernando Pessoa, no Porto em Portugal.

Postas estas considerações iniciais, gostaria de destacar a atualidade e relevância social da temática sobre a qual incide esta obra –Violência Doméstica. Efetivamente, é uma realidade que a violência doméstica constitui um problema social à escala mundial, reconhecido como uma importante questão de saúde pública e de direitos humanos, à qual ninguém deve ficar indiferente, e exigindo de todo o sistema social de controlo formal (ex.: autoridades policiais, sistema penal), mas também informal (ex.: família, escola, comunidade) uma busca proativa de esforços que visem a sua erradicação. No palco de atuação desta luta contra a violência doméstica, as autoridades policiais constituem um mecanismo de controlo social formal de inegável importância e centralidade. Fundamenta-se, deste modo, uma análise circunstanciada e assente em evidência científica sobre a forma como, neste caso em concreto, a polícia civil Brasileira tem procurado responder a este problema epidêmico e transcultural. A análise das atitudes policiais face ao fenómeno da violência doméstica é fundamental para melhor conhecer como avaliam e respondem aos incidentes abusivos em contexto doméstico e familiar. O tipo de atitudes adotadas por este grupo de profissionais irá determinar não só o sentido de segurança e bem-estar das vítimas aquando do seu pedido de ajuda mas também poderá facilitar ou inibir a tramitação deste tipo de casos para o sistema legal. Esta obra para além de nos proporcionar uma minuciosa incursão naquele que tem sido o percurso histórico, social e cultural da Violência Doméstica no Brasil, focando os mecanismos jurídicos e modelos de policiamento existentes no seu

combate (Capítulo 1), providencia também evidência científica sobre a forma como a polícia civil Brasileira responde a incidentes de violência doméstica e familiar sob uma perspectiva de gênero (Capítulo 2).

Finalizando, diria que a publicação desta obra vem reforçar o meu sentido de dever cumprido, traduzindo uma orientação bem sucedida de mais um trabalho de investigação. Creio, ainda, que esta obra se revela de particular importância para aqueles/as que estão investidos, não só formal mas informalmente, da missão em combater a violência doméstica, na medida que explora e discute importantes pistas para continuar de forma aprimorada a luta por esta causa, que, reafirmo é de todos. Desafio, pois, todos e todas a uma leitura atenta desta obra, enquanto um de muitos outros esforços que a todos compete na luta contra a violência doméstica. Boas leituras!

13 de agosto de 2020,

Sónia Caridade

Coordenadora Pedagógica do 1.º Ciclo de estudos
em Criminologia da Universidade Fernando
Pessoa, Porto, Portugal

Apresentação

Honra-me sobremaneira prefaciara obra “Violência Doméstica e Atuação Policial”, fruto do trabalho de pesquisa da Dra. Aline Martinelli, Delegada da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, profissional dedicada e atenta às necessidades do mundo contemporâneo. Graduada em Ciências Sociais e Jurídicas pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo, a pesquisadora é Mestre em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa - Porto/Portugal e Especialista em Direito do Estado pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Limites Constitucionais das Investigações no Brasil pela Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina, atuando principalmente na esfera criminal, solução de controvérsias administrativas e judiciais, elaboração de pareceres, feitura de inquéritos policiais e atividade investigativa. Já lecionou na Academia da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul e profere diversas palestras para crianças, jovens e adultos.

O tema da violência doméstica, para além de sua atualidade e carência de novos debates, se destaca pela

complexidade. As múltiplas respostas estatais já implementadas, a partir do marco operado pela promulgação da Lei Maria da Penha no Direito Brasileiro (lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006) ainda são insuficientes para recrudescer de maneira efetiva a violência de gênero. Nesse passo, a importância de uma obra jurídica que se propõe a investigar o fenômeno social, cultural e histórico da violência doméstica sob dois vieses inovadores: (i) porque enfoca a pesquisa na atuação policial, especialmente no que tange ao comportamento profissional e social destes Operadores do Direito; (ii) porque faz uso da pesquisa empírica, como método de pesquisa, para produzir conhecimento sobre o posicionamento dos policiais, enquanto responsáveis pelo atendimento às vítimas de violência doméstica de gênero e, de modo geral, pelo enfrentamento desta mesma violência.

A pesquisa, ora publicada, está subdividida em duas grandes partes (capítulos). Na primeira parte, a pesquisadora contextualiza e ordena os fatores sociais, históricos e culturais presentes no debate sobre a violência doméstica de gênero. A abordagem amplia o enfoque sobre gênero, tratando sobre a reprodução dos discursos masculinos, homens e, também por mulheres, e sobre os desafios de enfrentar e desvelar a complexidade da violência interpessoal em razão do gênero. A autora remonta a dinâmica das relações interpessoais sob o ponto de vista da dominação patriarcal, retomando o aspecto simbólico da depreciação do feminino sobre o masculino e lembrando as dimensões sociais e econômicas, especialmente, que ainda precisam de espaço para discussão quando o assunto é violência e a desigualdade de gênero.

Tida como um fenômeno global – diga-se: de vasta proporção – a violência doméstica transcende as fronteiras territoriais e se torna uma problemática de espectro internacional. Assim, a autora traz evidências estatísticas importantes para a contextualização da abordagem teórica, e as coaduna com os textos jurídicos internacionais, referindo um dos marcos internacionais no enfrentamento à violência de gênero – a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Violência contra a Mulher (CEDAW, 1979), a qual foi o primeiro documento internacional a tratar amplamente dos direitos das mulheres, tendo decorrido dela a implementação da primeira e, talvez a mais importante, política pública direcionada para a Mulher – a criação das Delegacias para a Mulher no Brasil, em 1985.

Por conseguinte, delimitando a temática no contexto brasileiro, a pesquisadora apresenta, de forma sintética, mas inteligente, algumas das políticas públicas implementadas a partir da promulgação da principal norma brasileira sobre o tema, a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006). A referida lei é um marco não só teórico, mas prático, posso dizer paradigmático, no enfrentamento à violência doméstica de gênero. A partir dela, a reestruturação dos aparelhos de estado são uma constante no dia a dia não só do sistema criminal, mas do sistema jurídico como um todo. A norma é tipicamente uma ação afirmativa de Estado, na busca por um processo de igualização de gênero.

Neste cenário, a segunda parte da obra traduz um riquíssimo direcionamento para a implementação de novas políticas públicas ou para a reformulação das já existentes. O enfoque na atuação policial – no caso

em comento, no trabalho da Polícia Judiciária (Civil) – não só valoriza o trabalho já realizado pelos policiais, mas reconhece a Delegacia de Polícia como a “porta de entrada” para as demandas advindas da violência doméstica de gênero.

Atuei por quase sete anos na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no município de Porto Alegre, sendo por mais de dois anos Coordenadora de todas as DEAMs do Estado do Rio Grande do Sul, um estado grande em extensão territorial e também em diversidade cultural. Nestes anos, aprendi muito com a experiência do dia a dia, com o atendimento no balcão da Delegacia de Polícia, com a convivência com as histórias de tantas e tantas vítimas que atendi. Por vezes, é neste primeiro atendimento que uma vítima decide se quer ou não romper o ciclo da violência, é ali que ela tem a compreensão de que pode e deve pedir ajuda. Daí a importância de pesquisas como estas que buscam evidências científicas para compreender a percepção social dos agentes e das autoridades policiais que atuam no atendimento e no enfrentamento da violência doméstica. Dados que possam sinalizar a proposição (ou a adequação) a formulação de capacitações profissionais, alterações (ou inovações) nos fluxos procedimentais nos órgãos policiais ou, ainda, e não menos relevante, a necessidade de constante retomada do processo de sensibilização e conhecimento sobre o tema: o que chamo de olhar diferenciado.

Parabenizo a Dra. Aline Martinelli pela forma inovadora proposta, mas especialmente pela coragem de investigar uma temática complexa e repleta de desafios, transmitindo o orgulho da Instituição em receber uma obra tão especial.

Aos leitores, em especial, aos profissionais da área da
segurança pública, desejo boa e atenta leitura!

Nadine Tagliari Farias Anflor,
Chefe da Polícia Civil do Estado
do Rio Grande do Sul.

Introdução

O presente trabalho traz à tona um tema atual e emblemático: a violência doméstica e familiar e a atuação policial frente às diversas possibilidades apresentadas quando do atendimento das partes envolvidas no conflito.

A vitimologia tem dispensado uma atenção crescente à análise da importância da definição social das situações e dos papéis construídos socialmente para os comportamentos das vítimas e dos criminosos. As expectativas sociais do comportamento e as exigências da sociedade geram diversos problemas no enfrentamento da questão da violência familiar e o resultado da análise da vítima proporciona a aplicação de políticas públicas com intuito de reparar os danos causados pelo crime (Marinho, 2018).

O sistema policial brasileiro permite sejam imprimidos os primeiros esforços do atendimento de forma direta pelas Polícias Militar e Civil. Esta última atua na fase pré-processual, pleiteando medidas protetivas às vítimas, efetuando o enquadramento legal, realizando a instrução probatória, cujo instrumento irá determinar e conduzir toda a fase judicial. Já a Polícia Militar, quando acionada, atua para conter o agravamento do delito, apresentando

imediatamente os casos à Polícia Civil. É importante ressaltar que os policiais não possuem formação específica para atuar no atendimento, realizando apenas alguns cursos optativos dentro da carreira policial.

No Brasil dispomos da Lei de número 11.340, publicada na data de 07 de agosto de 2006, cujo apelido é “Lei Maria da Penha”, a qual protege a mulher em diversos aspectos levando em conta sua condição física, psicológica, pessoal e financeira. Quanto às questões envolvendo relacionamentos afetivos homossexuais não existe nenhuma lei protetiva, aplicando-se essa lei em alguns casos.

A realidade nos mostra que esta lei vem sendo usada de forma desmedida por alguns funcionários da justiça, impregnada de valores sociais e crenças pessoais, muitas vezes gerando a revitimização da mulher ou a condenação precoce do suposto agressor (Marinho, 2018). Assim, a presente pesquisa tem por fim destacar a atuação policial e seu comportamento policial no universo da criminalidade, e investigar o fenômeno criminal a partir da análise analítica do paradigma de gênero, por meio do qual as diferenciações social e profissionalmente se estabelecem ao longo dos anos e ainda perduram, de forma implícita ou explícita. Partiremos da concepção de que os policiais possuem uma obrigação profissional, mas sobretudo ética quando atuam junto de vítimas de violência doméstica e que o caráter legal deve ser completado mediante o caráter humanizador do Direito.

O presente trabalho encontra-se dividido em dois capítulos, sendo que no primeiro deles será elaborada uma contextualização teórica, e no segundo, a componente empírica da tese. Desta forma, no primeiro capítulo serão

expostas as características históricas das escolas criminais a partir duma perspectiva de gênero e a introdução da perspectiva feminina nas ciências jurídico-penais. Além disso, serão citadas e analisadas as principais leis feministas brasileiras e suas causas de origem, bem como a evolução conceitual das questões de sexo, para uma análise das questões de gênero. Ainda, analisar-se-á a principal lei protetiva brasileira à mulher e serão analisados os principais problemas quando do atendimento policial, levando em conta a investigação das diversas reflexões teóricas sobre a forma de atendimento e a concepção policial acerca da violência de gênero.

O segundo capítulo versa sobre a componente desta dissertação de mestrado, vertendo-se os dados estatísticos referentes ao questionário encaminhado a um total de 142 policiais civis gaúchos, que realizam atendimento ao público em geral e sua percepção acerca da violência doméstica em suas diversas formas: heterossexual e homossexual.

Levando em conta o que foi estudado, esta pesquisa pretende apontar os principais problemas enfrentados no atendimento policial e relacionar a prática e a teoria, propondo a inclusão da perspectiva de gênero nas discussões criminológicas e nas práticas policiais, desde sua formação profissional fato este que certamente proporcionará decisões judiciais mais justas, humanas e profundas sobre a realidade dos crimes de violência doméstica e familiar.

O PRESENTE LIVRO

traz à tona um tema atual e emblemático: a violência doméstica e familiar e a atuação policial frente às diversas possibilidades apresentadas quando do atendimento das partes envolvidas no conflito. Iniciamos com uma contextualização teórica, no qual serão expostas as características históricas das escolas criminais a partir duma perspectiva de gênero e a introdução da perspectiva feminina nas ciências jurídico-penais. Além disso, serão analisadas as principais leis protetivas brasileiras, em especial a Lei n. 11.340/06, bem como a evolução conceitual das questões de sexo, para uma análise das questões de gênero, para posteriormente, apresentarmos estudo empírico realizado junto aos policiais civis.



ISBN 978-65-5589-089-1



9 786555 890891